

Dia 3 de agosto tem assembleia geral Participe!

**Evento debate pauta emergencial da categoria
e elege delegados à plenária da Fenajufe**

Em 3 de agosto, sábado, a categoria tem um compromisso com a campanha salarial de emergência. Às 14h começa assembleia geral extraordinária que debaterá e definirá a participação da categoria nessa luta, entre outros temas. O evento será na sede do Sintrajud, rua Antonio de Godoy, 88 - 15º andar.

Além da organização da campanha salarial de emergência, os servidores vão debater a carreira no Judiciário. Partindo de um bom diagnóstico da realidade salarial, a categoria pode lutar para corrigir as distorções e recuperar as perdas salariais.

Emergencialmente, os servidores reivindicam do STF a antecipação das duas parcelas do reajuste salarial, previstas para entrar no contracheque da categoria em janeiro de 2014 e 2015. Entre outras reivindicações está o respeito à data-base e a atualização dos benefícios. Leia mais sobre as reivindicações da categoria na página 3.

A assembleia também elegerá os delegados do Sintrajud à plenária extraordinária da Fenajufe, que acontece nos dias 24 e 25 de agosto, em Brasília. Essa plenária vai dar continuidade aos temas que não foram debatidos no 8º Congrejufe.

**Categoria participa do
Dia Nacional de Luta na
capital**
pág. 2

**Funpresp atende
interesses do mercado
financeiro**
pág. 4

**Inflação corrói salários
de servidores do
judiciário**
pág. 3

**Custeio de saúde
prejudica quem ganha
menos**
pág. 4

Nota de esclarecimento sobre a situação dos Ojafs de Osasco e Ceuni da capital

Nota de esclarecimento sobre a reportagem “Na Justiça Federal, Diretoria do Foro recebe reivindicações dos servidores”, publicada em 05/07/2013 no site do Sintrajud.

O Sintrajud esclarece que nunca propôs a transferência de Oficiais de Justiça da Ceuni da capital para a subseção de Osasco. Tal iniciativa partiu da administração do TRF-3 e da Ceuni da capital, que determinaram que oficiais da capital ajudassem os colegas de Osasco a partir de abril deste ano.

Em sistema de rodízio, Ojafs da capital fizeram plantões ordinários naquela subseção, liberando os colegas de Osasco dessa incumbência. Além disso, a administração determinou que sessenta Ojafs da capital,

também em sistema de rodízio, retirassem dez mandados cada um do acervo de Osasco.

Embora as iniciativas tenham diminuído 600 mandados do acervo represado naquela subseção, elas são insuficientes. E a administração não consegue apresentar uma solução efetiva para o problema, que, aliás, começa a se repetir em outras cidades.

O Sintrajud esclarece que a reivindicação levada à diretoria do Foro, de estabelecimento de cota para os Ojafs de Osasco é um pleito dos colegas de lá. Caso fosse estabelecida, a cota valeria exclusivamente para a subseção de Osasco, onde os quatro Ojafs recebem cerca de 900 mandados por mês. Foi nesse contexto

e nesse sentido que o diretor Erlon Sampaio disse ser razoável o estabelecimento de cota, uma medida que visa a integridade física e mental dos servidores de Osasco.

Há mais de dois anos, o Sintrajud vem cobrando da administração a contratação imediata de Oficiais de Justiça, única solução possível para a dramática situação vivida em Osasco e em outras subseções, que já apresentam quadro semelhante, como Santo André e Mauá.

Nesse período, o Sindicato pleiteou que a presidência do TRF-3 convocasse os Ojafs aprovados no concurso do TRT-2. Mas por falta de empenho da administração, eles não foram chamados e o prazo do concurso expirou.

%

6,99

foi a alta da inflação registrada pelo Dieese nos últimos 12 meses na capital paulista

No TRF-3, o aumento com o plano médico para quem ganha até R\$ 2 mil pode chegar a

344

11 DE JULHO



Trabalhadores participam de assembleias até o próximo dia 6 para preparar mobilização conjunta das centrais sindicais que acontece dia 30 de agosto. No detalhe acima, manifestantes caminham na avenida Paulista durante o Dia Nacional de Luta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os Coordenadores Gerais do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA TODOS OS INTEGRANTES DA CATEGORIA PROFISSIONAL dos trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de São Paulo (que compreende todos os servidores públicos e seus pensionistas do Poder Judiciário Federal no Estado de São Paulo, compreendidos pelas Justiças: do Trabalho da 2ª Região, Federal, Eleitoral e Militar, em todo o Estado de São Paulo), sejam ou não associados do Sindicato, para a ASSEMBLEIA GERAL a ser realizada no próximo dia 03 (três) do mês de agosto de 2013, as 15h00 em primeira chamada e, não preenchido o quorum estatutário, as 15h30 em segunda chamada, na sede do Sindicato, situada na Rua Antonio de Godoy, 88, 15o andar, Centro, São Paulo - SP, CEP 01034-000, com a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Discussão e Ratificação da autorização para que o Sindicato participasse da criação da Federação Nacional dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE; 2) Eleição de 2 membros titulares e respectivos suplentes para compor a Comissão pró-ratificação da constituição da Federação Nacional dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE; 3) Assuntos Gerais. São Paulo, 2 de julho de 2013.
ADILSON RODRIGUES SANTOS - MAURICIO REZZANI - INES LEAL DE CASTRO
Coordenadores-Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, por seus coordenadores-gerais, em conformidade com o Estatuto Social, faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 03 (três) de agosto, a ser instalada às 14h00, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, no auditório do Sintrajud, localizado à Rua Antônio de Godói, nº 88, 15º andar, São Paulo/SP, CEP 01034-000.
PAUTA:

1. Informes; 2. Discussão da pauta emergencial de reivindicações da categoria; 3. Eleição dos(as) delegados(as) do SINTRAJUD à Plenária Extraordinária da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União - FENAJUFE, a ser realizada nos dias 24 e 25 de agosto do ano corrente, em Brasília/DF, conforme convocatória; 4. Outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 24 de julho de 2013.

Adilson Rodrigues Santos - Inês Leal de Castro - Maurício Rezzani
Coordenadores-Gerais

Inflação corrói salário

Entidades querem negociar pauta emergencial com tribunais superiores

Por Lúcia Rodrigues

O Índice do Custo de Vida do Dieese, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que mede a inflação na capital paulista, registrou alta de 6,99% nos últimos 12 meses.

A alimentação foi a grande vilã da inflação medida no período entre julho de 2012 e junho de 2013. O item registrou alta de 11,34%, seguido de perto por despesas pessoais, como higiene e limpeza, que ficou em 10,68%.

Os gastos com saúde também pesaram bastante no bolso do trabalhador e subiram 9,10% no acumulado do último ano. A alta das despesas ligadas à educação e leitura também foi significativa e superaram os sete pontos percentuais (7,04%).

Em contrapartida, os salários dos servidores do judiciário federal continuam congelados desde 2006, quando foi aprovado o PCS-3, o Plano de Cargos e Salários da categoria.

Os 5% de reajuste recebidos neste ano, não repuseram sequer a inflação medida nos últimos 12 meses, que bateu quase os sete por cento.

Estudo recente do Dieese aponta que em 95% das negociações, analisadas pelo sistema de acompanhamento de salários do órgão, que ocorreram em 2012, as categorias profissionais conquistaram reajustes acima da inflação.

Ainda de acordo com a pesquisa, 4% das negociações salariais conseguiram a reposição das perdas e apenas 1% teve reajuste abaixo da inflação.

Sem reajuste

A análise está restrita aos reajustes salariais obtidos pelos trabalhadores da indústria, do



Alimentação foi o item que mais contribuiu para o aumento da inflação nos últimos 12 meses, segundo o Índice do Custo de Vida do Dieese

comércio e de serviços. O estudo não leva em conta categorias do serviço público das três esferas e dos três poderes. Um dos motivos é que os servidores não têm a data-base respeitada.

Para a economista e técnica do Dieese na Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Alessandra Cadamuro, o desrespeito à data-base no setor público é o principal problema para os trabalhadores do setor. “A data-base une os trabalhadores para a pressão por aumento salarial. E isso garante os avanços. Mas quando a data-base não é cumprida, desmobiliza a categoria”, ressalta.

Na média, os salários analisados pelo Dieese foram reajustados

em 1,96% acima do INPC-IBGE, o índice utilizado pelo governo como base de cálculo para medir a inflação do período.

O ano de 2012 é apontado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos como o ano em que ocorreram mais negociações salariais com reajustes acima da inflação desde 1996.

No comparativo por setores, a indústria foi a que apresentou o maior número de casos com reajustes acima da inflação. Em 97,5% dos casos analisados, o trabalhador conseguiu aumento real. Além disso, o setor não registrou nenhum caso em que o reajuste ficasse abaixo da inflação.

No comércio, em 96% das ne-

gociações analisadas pelo Dieese, os trabalhadores também conquistaram aumento acima do INPC. No setor de serviços, 90% dos casos analisados obtiveram reajustes superiores à inflação.

O estudo do Dieese revela que o mês de janeiro foi o que registrou o menor número de reajustes acima da inflação. Setembro, outubro e novembro também não deixaram saudades. As categorias com data-base nesse período tiveram reajustes abaixo da inflação.

Fevereiro, julho e dezembro foram os melhores meses do ano para trabalhadores. Todos os reajustes analisados pelo Dieese nessas datas obtiveram aumentos acima da inflação.

Pauta de reivindicação pede reajuste de salário e benefícios

O Sintrajud pretende negociar a pauta de reivindicações da categoria com os tribunais superiores. A Fenajufe vai solicitar audiência pública com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, para apresentar as reivindicações dos servidores do judiciário.

Para o coordenador do Sintrajud, Tarcísio Ferreira, a categoria tem acumulado perdas significativas ao longo dos anos. “Os ganhos que conquistamos até 2006 estão sendo anulados pelo aumento das despesas com alimentação, saúde, educação, aluguel”, frisa.

Ele destaca que parcela sig-

nificativa da categoria está endividada. “Pendurada no (empréstimo) consignado.” Para o dirigente, a pressão dos servidores do judiciário em defesa da data-base é fundamental para reverter o quadro desfavorável.

“O direito à data-base é previsto na Constituição, mas infelizmente não temos nenhum mecanismo institucional que assegure seu cumprimento. Só a mobilização dos servidores pode modificar essa situação”, enfatiza.

Conheça a pauta

A reposição salarial com a antecipação das parcelas de 2014 e

2015 e o respeito à data-base são o carro-chefe da campanha salarial dos servidores do judiciário federal.

A valorização profissional é outro ponto da pauta emergencial que mobiliza os dirigentes sindicais. O Sintrajud reivindica a instalação de uma comissão interdisciplinar paritária para elaborar a proposta de um plano de carreira, além da criação de um grupo de trabalho nos tribunais superiores que negocie assuntos de interesse dos servidores.

Os sindicalistas também querem que as distorções resultantes da implementação da lei

12.774/12 sejam corrigidas. Essa lei aprovou o reajuste escalonado e reduziu de 15 para 13 padrões a evolução na carreira.

A atualização dos benefícios de saúde e alimentação também compõe a pauta de reivindicações dos trabalhadores do judiciário federal.

A pauta inclui ainda a aprovação do projeto de lei 319 de 2007, que resgata o adicional de qualificação para os técnicos com nível superior e institui a carreira única no judiciário.

O pagamento dos passivos é outro item que integra o rol de reivindicações da categoria.

Forma de custeio do plano médico imposta pelo TRF-3 prejudica quem ganha menos

Na sexta-feira, 26, às 14h, em frente ao TRF-3, o Sintrajud vai realizar uma assembleia para debater o plano médico. Participe!

Por Carlos Eduardo Batista

O reajuste do plano médico no TRF-3 e na Justiça Federal penaliza os trabalhadores que ganham menos. É o que se constata ao comparar a tabela de custeio que passa a valer em agosto com a tabela praticada atualmente.

Hoje, um trabalhador que receba até R\$ 2 mil e tem o plano Blue Gold contribui com R\$ 62,79. Na nova tabela, esse mesmo trabalhador terá que arcar com valores que variam de R\$ 203,28 a R\$ 278,89, dependendo de sua faixa etária. Um aumento que pode chegar a 344%.

Em relação ao salário, os valores podem representar percentuais de 10,16% a 13,94%.

O impacto da nova tabela é menor sobre os vencimentos daqueles que têm salários maiores. Os que recebem mais de R\$ 24 mil, em sua maioria juízes e desembargadores, vão contribuir, no

máximo, com R\$ 382, o que corresponde a 1,59% de seus vencimentos. O critério utilizado pelo TRF-3 não atende aos princípios básicos de justiça.

Outro prejuízo é que a nova a tabela do TRF-3 também considera a idade de servidores e dependentes como critério de reajustes. Assim, o valor pago pelo servidor poderá ser reajustado duas vezes, uma na mudança da faixa etária e outra no reajuste contratual.

Desde o início do debate sobre a forma de custeio do plano médico, o Sintrajud defende: quem ganha menos deve pagar menos. A proposta do Sindicato foi aprovada em duas assembleias da categoria. A administração, entretanto, não ouviu os principais interessados e impôs essa tabela.

“Foi uma postura unilateral do TRF-3”, critica Dalmo Duarte, diretor do Sintrajud, que destaca: “Havia um compromisso da administração de não divulgar a

HOJE	NOVA TABELA	
	SALÁRIO 2 MIL	SALÁRIO 2 MIL
Qualquer Idade	18 anos	acima de 58 anos
Contribuição R\$ 62,79	Contribuição R\$ 203,28	Contribuição R\$ 278,89

tabela de custeio sem antes negociar com o Sindicato, mas nem isso eles cumpriram”.

A forma de custeio imposta pelo TRF-3 pode ser deficitária no longo prazo. Levantamento feito pelo Sintrajud revela que em 2014 podem faltar R\$ 2,5 milhões para Assistência Médica e Odontológica (Amos) caso não haja aumento no repasse para a rubrica.

Essa possibilidade é problemática para os trabalhadores. Como foi estabelecido o teto de R\$ 382 como participação (valor individual do plano menos o valor do

auxílio saúde), a administração poderá reajustar os valores pagos pelos trabalhadores com menores salários sem mudar o teto.

Preocupado com essa situação, o Sindicato encaminhou pedido de reunião urgente com a administração para rediscutir o valor da participação, negociando com os trabalhadores uma nova tabela.

Qualquer solução para essa situação dependerá da participação dos servidores. Por isso, o Sintrajud realizará uma assembleia na sexta-feira, 26, às 14h, em frente ao TRF-3. Participe!

Funpresp atende a interesses do mercado, afirma auditor da Previdência

Sintrajud debateu direito à aposentadoria dos servidores públicos em seminário na cidade de Santos

Por Lúcia Rodrigues

Os riscos que os fundos de previdência privada representam para os servidores estiveram no centro do debate organizado pelo Sintrajud e outras entidades ligadas ao funcionalismo público, que ocorreu no último dia 6, em Santos.

Para o auditor da Previdência e professor de Direito Previdenciário, Floriano Martins, os fundos de previdência complementar, como o Funpresp, foram criados para atender aos interesses do mercado financeiro e não para beneficiar os servidores públicos.

O coordenador do Sindicato, Adilson Rodrigues, organizador do evento, concorda com o auditor. “Se alguém ganhou com as reformas de FHC, Lula e Dilma foi o setor financeiro. A reforma da previdência empurrou os servidores para o mercado”, afirma ao se referir aos planos privados.

Adilson ressalta que essas altera-

ções também dividiram os trabalhadores. “Criou uma situação de desigualdade de direitos. De um lado trabalhadores com integralidade e paridade, de outro os que têm de rezer para que os planos privados façam boas aplicações, e assim garantam a aposentadoria no futuro.”

O Aerus, fundo de previdência dos trabalhadores da Varig, exemplifica a preocupação do dirigente sindical. Pilotos e comissários de bordo contribuíram anos e anos com o fundo, mas na hora de se aposentar não conseguiram receber a complementação a que tinham direito.

Tudo isso traz insegurança para os servidores públicos, porque não há garantia de que conseguirão receber o que foi aplicado. O Sintrajud vai ampliar o debate sobre o tema, segundo Adilson. Ele indica o simulador de aposentadorias da Controladoria Geral da União para os servidores que quiserem calcular qual a melhor regra. O site é: www.cgu.gov.br/simulador.



Acima o coordenador do Sintrajud, Adilson Rodrigues. Na sequência detalhe do plenário



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Lúcia Rodrigues | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13 mil exemplares

